

# Reforma moral

Não foge ao quadro geral de penúria, abandono e irresponsabilidade o sistema de saúde do Distrito Federal, conforme diagnóstico corrente entre as próprias autoridades que, no plano nacional, cuidam do problema. Ainda agora, para enfrentar mais uma vez o desafio proposto por semelhante descalabro, o presidente Fernando Collor autorizou repasse ao GDF e recursos no montante de 650 milhões de cruzeiros, na esperança de que a ajuda, substancial e oportunamente, possa elevar o nível de atendimento na rede hospitalar pública.

Quando o chefe do Executivo afirmou que a saúde no Brasil está enferma e que é necessário curá-la por meio de uma política capaz de reorganizar o setor e trazê-lo aos planos da confiança pública, Collor refletiu, com serena observação, também o estado calamitoso do atendimento médico e hospitalar oferecido aqui pelo sistema oficial. Reações desse porte, todavia, não se vinculam apenas à sinceridade presidencial. A população de Brasília tem ainda uma razão adicional para censurar a atuação do poder público na área, eis que a situação desintegrou-se a tal ponto em virtude do abandono a que foi relegado o plano original de saúde de Brasília.

Como se sabe, tratava-se de um esquema de organização e atendimento modelar, sem equivalente nacional, com o mesmo padrão de qualidade observado no setor educacional, também já remetido ao plano inclinado da desorganização e do abandono.

O socorro agora prestado pela União, graças à sensibilidade do presidente da República, é importante para reverter o quadro adverso, pelo menos do ponto de vista conjuntural. Mas é fundamental descer às causas remotas para alcançar-se uma solução duradoura. O ministro da Saúde, Alceni Guerra, foi ao ponto crucial da questão ao dizer, sem maiores rodeios, que "o modelo de saúde do DF é anárquico, agravado pela corrupção, ineficiência gerencial, partidarização excessiva e absenteísmo dos profissionais". Está aí um diagnóstico preciso, há tempos difuso na consciência da imensa clientela dependente da assistência pública, mas agora formulado de maneira definitiva.

A interferência dos interesses políticos-partidário, a postura relapsa de muitos órgãos e profissionais, o caráter secundário atribuído ao exercício das atividades médicas, o descaso na prestação de serviços e outras anomalias, além da escassez de recursos, explicam a desordem e o aviltamento da política de saúde do DF. Ainda esta semana, a conspiração de todos esses fatores provocou o sacrifício de uma criança, que morreu nos braços do pai, depois de esperar horas seguidas e em vão pelo atendimento médico. Um crime, sem a menor dúvida.

É indispensável, portanto, que os recursos liberados pelo presidente da República sejam aplicados sem perder de vista a necessidade de pôr fim a uma situação que, pelo seu conteúdo moral, jamais será resolvida apenas por meio de maiores receitas.